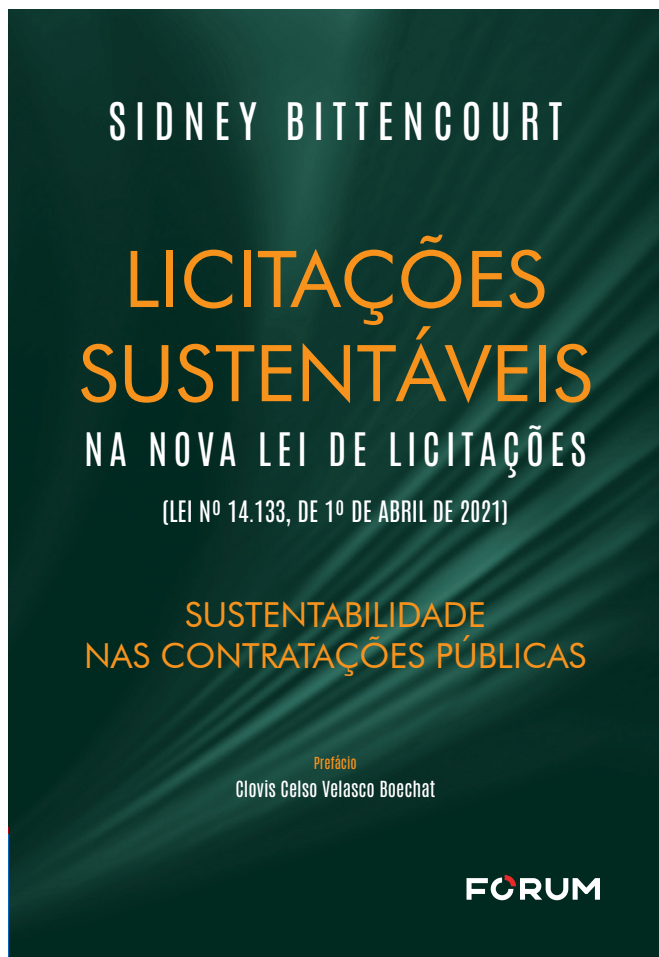




No livro *Licitações sustentáveis na nova lei de licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021): Sustentabilidade nas contratações públicas*, de autoria do eminente Prof. Sidney Bittencourt, o leitor encontrará uma análise rigorosa e profunda dos aspectos jurídicos, econômicos e sociais que permeiam as licitações sustentáveis. A obra, que combina com maestria teoria e prática, oferece uma visão abrangente sobre as novas possibilidades abertas pela Lei nº 14.133/2021, destacando como critérios ambientais e sociais nos processos licitatórios poderão ser harmonizados com os princípios de eficiência e economicidade, pilares fundamentais da boa gestão dos recursos públicos.

Clovis Celso Velasco Boechat
Advogado da União

SIDNEY BITTENCOURT

Clovis Celso Velasco Boechat
Prefácio

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

(LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Sustentabilidade nas contratações públicas

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO AMBIENTAL.
DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins

Sustentabilidade e Meio Ambiente – Aplicação de critérios ambientais nas contratações públicas e políticas de desenvolvimento sustentável.

Gestão Pública – Planejamento, execução e controle de políticas públicas voltadas para compras e contratações sustentáveis.

Administração Pública – Procedimentos e estratégias para tornar o setor público mais eficiente e sustentável.

Governança e Compliance – Implementação de práticas de governança sustentável no setor público e privado.

Políticas Públicas – Formulação e implementação de diretrizes sustentáveis em contratações governamentais.

ESG (Environmental, Social and Governance) – Princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança aplicados às compras públicas.

Entre outras.

Palavras-chave

Licitações públicas; Contratos administrativos; Licitações sustentáveis; Nova Lei de Licitações; Lei 14.133/2021; Contratações públicas sustentáveis; Sustentabilidade nas compras governamentais; Critérios ambientais nas licitações; Compras públicas e sustentabilidade; Direito administrativo ambiental; Sustentabilidade e governança pública

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3961

B624l

Bittencourt, Sidney

Licitações sustentáveis na nova lei de licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021): sustentabilidade nas contratações públicas / Sidney Bittencourt. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

396p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0799-9

ISBN digital 978-85-450-0788-3

1. Licitações públicas. 2. Contratos administrativos. 3. Licitações sustentáveis. 4. Nova Lei de Licitações. 5. Lei 14.133/2021. 6. Contratações públicas sustentáveis. 7. Sustentabilidade nas compras governamentais. 8. Critérios ambientais nas licitações. 9. Compras públicas e sustentabilidade. 10. Direito administrativo ambiental. 11. Sustentabilidade e governança pública. I. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. *Licitações sustentáveis na nova lei de licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021): sustentabilidade nas contratações públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 396p. ISBN 978-85-450-0799-9.

SIDNEY BITTENCOURT

Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Consultor, parecerista e conferencista consagrado. Professor de Direito Administrativo. Autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha, órgão normatizador da matéria na Marinha do Brasil, onde atuou por mais de 30 anos. Faz parte dos Conselhos Editoriais da *Revista Síntese Direito Administrativo* e *Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios*, do grupo IOB, e dos periódicos *SLC – Solução em Licitações e Contratos* e *SAM – Solução em Direito Administrativo e Municipal*, do grupo SGP – Soluções em Gestão Pública.

É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP)*; *Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública (DCAP)*; *Informativo de Licitações e Contratos (ILC)*; *Revista de Compras Públicas (Capacitar)*; *Revista Diálogo Jurídico*; *Revista Governet – Revista do Administrador Público*; revista *O Pregoeiro*; revista *Negócios Jurídicos*; *Boletim de Licitações e Contratos (BLC)*; *Revista IOB de Direito Administrativo*; *Boletim Jurídico Adcoas*; *Revista Lex de Direito*; *Soluções em Licitações e Contratos*, entre outros.

É colaborador emérito do *Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público*, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento Profissional (INAP).

No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentar seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Candido Mendes (UCAM); Faculdade da Cidade; Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Béthencourt da Silva (FABES); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos *in company*.

Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar ser ele “o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”.

É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.

Site: www.sidneybittencourt.com.br

Facebook: www.facebook.com/profsidneybittencourt

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Clovis Celso Velasco Boechat	15
NOTA DO AUTOR	17
APRESENTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	23
1.1 Sustentabilidade – Desenvolvimento sustentável.....	23
1.1.1 A relevância dos eventos	29
1.2 As dimensões da sustentabilidade	30
1.2.1 As dimensões da sustentabilidade e as contratações públicas.....	32
CAPÍTULO 2	
AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	35
2.1 As contratações públicas.....	35
2.1.1 A primeira quebra de paradigma: o tratamento diferenciado nas aquisições públicas para microempresas	37
2.1.2 A segunda quebra de paradigma: as licitações e contratações sustentáveis.....	39
CAPÍTULO 3	
A NORMATIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	45
3.1 A normatização de compras sustentáveis pelo mundo	45
3.2 A evolução das normas de contratações sustentáveis no Brasil ...	49
CAPÍTULO 4	
LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: NORMAS CORRELATAS.....	57
4.1 Normas com correlação	57
4.1.1 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31.08.1981).....	57
4.1.2 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 10.257, de 10.07.2001)	58
4.1.3 Política Nacional sobre Mudança de Clima (Lei nº 12.187, de 29.12.2009).....	59
4.1.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2.08.2010)	61
CAPÍTULO 5	
COMENTÁRIOS AOS DISPOSITIVOS SOBRE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI Nº 14.133/2021).....	67
5.1 Artigo 5º – Dos princípios.....	70
5.1.1 Os princípios licitatórios.....	71
5.1.1.1 Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável	73
5.1.1.2 Princípio da Eficiência.....	79
5.1.1.3 Princípio do Planejamento.....	80
5.1.1.4 Princípio da Eficácia	83
5.2 Artigo 6º – Definições para os fins da Nova Lei de Licitações	87
5.2.1 Art. 6º – Inciso XII – Obra: intervenção no meio ambiente.....	87
5.2.2 Art. 6º – Inciso XVIII – Alínea “h” – Classificação do Monitoramento de Parâmetros Ambientais como Serviço Técnico Especializado de Natureza Predominantemente Intelectual.....	89
5.2.3 Art. 6º – Inciso XXIII – Alínea “c” – Consideração do ciclo de vida como parâmetro no Termo de Referência	91

5.2.4	Art. 6º – Inciso XXIV – Alínea “e” – Necessidade de incorporar parâmetros de economia na utilização, facilidade na execução, impacto ambiental e acessibilidade no anteprojeto	97
5.2.5	Art. 6º – Inciso XXV – Projeto Básico: obrigatoriedade de verificação do impacto ambiental, com a inserção de estudos socioambientais	99
5.3	Artigo 11 – Objetivos do processo licitatório	104
5.3.1	Art. 11 – Inciso I – Seleção da proposta para uma contratação mais vantajosa, considerando o <i>ciclo de vida</i> do objeto pretendido.....	105
5.3.2	Art. 11 – Inciso IV – Inovação e desenvolvimento nacional sustentável	108
5.3.3	Art. 11 – Parágrafo Único – Governança	117
5.4	Artigo 12 – Informações do processo licitatório	120
5.4.1	Art. 12 – Inciso VI – Digitalização dos Processos	121
5.4.2	Art. 12 – Inciso VII e Parágrafo 1º – Planejamento de Contratações.....	122
5.5	Artigo 13 – Publicidade dos atos licitatórios	125
5.6	Artigo 14 – Inciso VI – Vedação a condenado por exploração de trabalho infantil e por submissão a condições análogas às de escravo.....	127
5.7	Artigo 15 – Participação de empresas em consórcio em licitações.....	132
5.8	Artigo 16 – Participação de cooperativas em licitações.....	136
5.9	Artigo 18 – Inciso VIII – Consideração obrigatória de todo o ciclo de vida do objeto pretendido na fase preparatória do processo licitatório.....	145
5.10	Artigo 18 – Parágrafo 1º – Inciso XII – Descrição de impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras como elemento do Estudo Técnico Preliminar (ETP).....	146
5.11	Artigo 19 – Ferramentas para auxílio às atividades de licitações e contratos	151
5.12	Artigo 25 – Parágrafo 2º – Previsão no edital de utilização de recursos locais.....	156
5.13	Artigo 25 – Parágrafo 5º – Inciso I e Parágrafo 6º – Previsão no edital de repasse da responsabilidade pelo licenciamento ambiental.....	157
5.13.1	Parágrafo 5º – Inciso I – A possibilidade de previsão da obtenção de licenciamento ambiental pelo contratado	158
5.13.2	Parágrafo 6º – Prioridade nos licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados	160
5.14	Artigo 25 – Parágrafo 9º – Inciso I – Contratação de mulher vítima de violência doméstica.....	161
5.15	Artigo 25 – Parágrafo 9º – Inciso II – Contratação de egresso do sistema prisional.....	166
5.16	Artigo 26 – Inciso II – Oferecimento de margem de preferência aos bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.....	170
5.16.1	Artigo 26 – Parágrafo 7º – Possibilidade de contratações com restrição a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.....	176
5.17	Artigo 32 – Diálogo Competitivo: modalidade licitatória que promove a sustentabilidade	180
5.17.1	Art. 32 – Parágrafo 1º – Incisos V e VIII – Pegadas de sustentabilidade no procedimento do Diálogo Competitivo	187
5.18	Artigo 34 – Parágrafo 1º – Consideração do impacto ambiental e fatores do ciclo de vida nas licitações de menor preço ou maior desconto	190
5.18.1	Critério do menor preço.....	191
5.18.2	Critério do maior desconto.....	192
5.18.3	Critério de técnica e preço	192
5.18.4	Aspectos a serem considerados no julgamento pelos critérios de menor preço, maior desconto e, quando cabível, técnica e preço.....	193
5.19	Artigo 42 – Inciso III – Certificações de avaliação da qualidade do produto	196
5.20	Artigo 45 – Normas de sustentabilidade a serem respeitadas nas obras e serviços de engenharia	206
5.20.1	Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas	210
5.20.2	Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental... 211	211

5.20.3	Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.....	212
5.20.4	Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística.....	213
5.20.5	Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas.....	213
5.20.6	Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida	214
5.21	Reflexões sobre o dispositivo	214
5.22	Principais normativos relativos à sustentabilidade ambiental ...	215
5.23	Artigo 60 – Sustentabilidade nas regras de desempate nas licitações	217
5.23.1	Artigo 60 – Parágrafo 1º – Sustentabilidade nos critérios de preferência no caso de empate entre duas ou mais propostas....	220
5.23.1.1	Primeira preferência: empresas localizadas no território do estado ou do distrito federal do órgão licitante (inc. I)	221
5.23.1.2	Segunda preferência: empresas brasileiras (inc. II).....	221
5.23.1.3	Terceira preferência: empresas que invistam em pesquisa e tecnologia no País (inc. III)	222
5.23.1.4	Quarta preferência: empresas que comprovem a prática de mitigação (inc. IV).....	222
5.24	Artigo 62 – Inciso III – Sustentabilidade e responsabilidade social: capacidade trabalhista e social.....	223
5.25	Artigo 63 – Inciso IV – Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social	228
5.25.1	Artigo 63 – Parágrafo 1º – Atendimento dos direitos trabalhistas.....	232
5.26	Artigo 68 – Inciso IV – Regularidade relativa a encargos sociais.....	235
5.27	Artigo 68 – Inciso V – Regularidade perante a Justiça do Trabalho	239
5.28	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.....	244
5.29	Artigo 74 – Inciso III – Inexigibilidade de licitação para contratação de.....	249
5.30	Artigo 75 – Inciso IV – Alínea “c” e Parágrafo 5º– Dispensa de licitação para contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento	263
5.31	Artigo 75 – Inciso IV – Alínea “j” – Dispensa de licitação para contratação de gestão de resíduos recicláveis ou reutilizáveis ...	267
5.32	Artigo 75 – Inciso IV – Alínea “k” – Aquisição ou restauração de obras de arte	270
5.32.1	Obras de arte ou objetos históricos	272
5.32.2	Compatibilidade com as finalidades do órgão contratante.....	273
5.33	Artigo 75 – Inciso XII – Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)	273
5.34	Artigo 75 – Inciso XIV – Dispensa de licitação para a contratação de associação de pessoas com deficiência.....	276
5.35	Artigo 75 – Inciso XV – Dispensa de licitação para a contratação de instituição sem fins lucrativos.....	281
5.35.1	O conceito de instituição.....	283
5.35.2	Instituição brasileira	285
5.35.3	Os fins das instituições.....	285
5.35.4	A reputação das instituições	288
5.35.5	A inexistência de fins lucrativos	289
5.36	Artigo 75 – Inciso XVI – Dispensa de licitação para a aquisição de insumos de saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio	292
5.37	Artigo 75 – Inciso XVII – Dispensa de licitação para contratar entidades privadas sem fins lucrativos na implementação de tecnologias sociais de acesso à água	295
5.38	Artigo 75 – Inciso XVIII – Dispensa de licitação para a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação do Programa Cozinha Solidária	297
5.39	Artigo 76 – Licitação Dispensada	302
5.39.1	A alienação de bens da Administração Pública	303
5.39.2	Bens públicos.....	304

5.39.2.1	A alienação de bens públicos	305
5.39.2.1.1	Alienação de bens públicos imóveis	306
5.40	Artigo 76 – Inciso I – Alínea “f” – Dispensa de licitação para alienação de bens IMÓVEIS por meio de diversos institutos, destinados a programas de habitação ou regularização fundiária de interesse social	311
5.41	Artigo 76 – Inciso I – Alínea “g” – Dispensa de licitação para alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens IMÓVEIS comerciais de âmbito local	317
5.42	Artigo 76 – Inciso I – Alínea “h” – Dispensa de licitação para a alienação de terras públicas rurais da União e do Incra, para fins de regularização fundiária	318
5.43	Artigo 76 – Inciso I – Alínea “i” – Dispensa de licitação para alienação de IMÓVEIS por intermédio de procedimentos de legitimação de posse.....	320
5.44	Artigo 76 – Inciso I – Alínea “j” – Dispensa de licitação para legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465/2017	321
5.45	Artigo 76 – Parágrafos 3º e 4º – Condições para a dispensa na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel	323
5.46	Artigo 76 – Inciso II – Alínea “a” – Dispensa de licitação para doação de bens IMÓVEIS para fins e uso de interesse social.....	324
5.47	Artigo 92 – Cláusulas necessárias em todo contrato	329
5.48	Artigo 92 – Inciso XVII – Cláusula que estabeleça as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.....	332
5.49	Artigo 115 – Parágrafo 4º – Obtenção de licenciamento ambiental antes do edital em contratações de obras e serviços de engenharia	335
5.50	Artigo 116 – Manutenção da reserva de cargos para pessoa com deficiência	339
5.51	Artigo 121 e Parágrafos – Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.....	343
5.52	Artigo 124 – Parágrafo 2º – Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em função de atraso no licenciamento ambiental.....	353
5.53	Artigo 137 – Inciso VI – Extinção do contrato por atraso na obtenção da licença ambiental	357
5.54	Artigo 137 – Inciso IX – Extinção do contrato por não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos	360
5.55	Artigo 137 – Parágrafo 2º – Direito do contratado à extinção contratual por atraso no licenciamento ambiental.....	361
5.56	Artigo 144 – Possibilidade de estabelecimento de remuneração variável em vinculada ao desempenho do contratado.....	364
5.57	Artigo 144 – Parágrafo 1º – Ajustes para o pagamento	366
5.58	Artigo 147 – Inciso II – Nulidade do contrato em função de riscos sociais, ambientais e à segurança da população local	369
5.59	Artigo 147 – Inciso III – Nulidade do contrato em função da motivação social e ambiental do contrato	373
5.60	Artigo 178 – Alteração do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) – Art. 337-O: Omissão grave de dado ou informação por projetista	374
	BIBLIOGRAFIA	377